

## LIVRO DIDÁTICO E ENSINO DE HISTÓRIA: O HOLOCAUSTO EM PERSPECTIVA

Vitória Accordi Silvano

**Graduanda do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense**

Prof. Dra. Daniela Pistorello

**Professora do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense**

Prof. Dr. Richarles Souza de Carvalho

**Professor do curso de Letras da Universidade do Extremo Sul Catarinense**

**Resumo:** Os livros didáticos desempenham um importante papel no processo educacional brasileiro e por conta disso são os objetos deste estudo. O objetivo do artigo é problematizar as abordagens sobre o Holocausto em dois livros didáticos aprovados em 2020 pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) destinados aos anos finais do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras. Os principais referenciais teóricos adotados são autores da área como Ezequiel Theodoro da Silva e Circe Bittencourt. As fontes de pesquisa serão os livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): “História - Sociedade & Cidadania” de Alfredo Boulos Júnior, publicado pela editora FTD, e “História - Teláris” de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, publicado pela editora Ática. A análise dos livros será pautada, metodologicamente, pela seleção e abordagens de conteúdos relativos o Holocausto à luz de critérios, propostos por Circe Bittencourt. De maneira geral, observa-se que tópicos importantes, como os campos de concentração, quando abordados, são tratados de maneira superficial e que não dão conta da complexidade necessária.

**Palavras-chave:** Livro Didático, Holocausto, Campos de Concentração, Programa Nacional do Livro Didático, Ensino Fundamental.

## 1. INTRODUÇÃO

Quando refletimos sobre o ambiente escolar, percebemos que os livros didáticos são importantes instrumentos pedagógicos. Eles têm influência significativa no processo de ensino-aprendizagem, desempenham um papel fundamental e auxiliam na construção do conhecimento ao longo da jornada escolar dos alunos. Conforme Ströher e Monteiro: “Livros didáticos são objetos culturais que refletem políticas públicas, vieses historiográficas e propostas pedagógicas, tendo em vista sua destinação final, qual seja, o uso em sala de aula por docentes e alunos” (Ströher e Monteiro, 2018, p. 219).

Levando em consideração a importância dos livros didáticos no ambiente escolar, é importante ressaltar que eles são produzidos para atender uma demanda, obedecem alguns critérios presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e devem ser contemplados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Se os temas presentes na BNCC precisam estar contemplados no PNLD, é importante analisar de que forma são tratados esses temas. É disso que trata esse artigo.

Embora os livros didáticos sejam amplamente utilizados em sala de aula, é essencial problematizar suas abordagens e conteúdos ao analisá-los de forma crítica. Conforme explicita o autor Silva (1998), os livros tendem a seguir um formato padronizado e simplificado, muitas vezes não sendo fiéis às fontes originais.

Esse argumento justifica, em parte, o objetivo deste artigo que é problematizar de que forma os livros didáticos abordam historicamente o conteúdo da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente o tema do Holocausto. Outras questões decorrem desta questão inicial, como, por exemplo: verificar a importância dos livros didáticos no processo de ensino-aprendizagem, com ênfase nas leis e programas governamentais, no caso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa do Livro Didático (PNLD); compreender o funcionamento do edital do PNLD de 2020 e analisar os livros didáticos: “História - Sociedade & Cidadania” de Alfredo Boulos Júnior, publicado pela editora FTD, e “História - Teláris” de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, publicado pela editora Ática.

As referências teóricas adotadas são de Ezequiel Theodoro da Silva e Circe Bittencourt. Eles contribuem para a discussão sobre o uso dos livros didáticos na educação e defendem a necessidade de analisar os livros didáticos com um olhar crítico considerando não apenas o conteúdo, mas também a abordagem pedagógica, a diversidade de perspectivas e a adequação aos objetivos educacionais propostos. A metodologia utilizada leva em conta uma

abordagem exploratória e de análise que considera o modelo proposto por Circe Bittencourt, no qual, analisamos o livro didático através de seus aspectos formais, do seu conteúdo histórico escolar e pedagógico.

O foco central serão os dois livros didáticos do 9º ano do ensino fundamental aprovados pelo Programa Nacional de Livro Didático pelo edital de 2020 que estão vigentes atualmente. São eles "História - Sociedade & Cidadania" de Alfredo Boulos Júnior, publicado pela editora FTD, e "História - Teláris" de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, publicado pela editora Ática.

A fim de responder a questão proposta, o artigo se divide em três partes, além da introdução: a primeira parte trata da importância dos livros didáticos processo de ensino-aprendizagem, dá ênfase para leis e programas governamentais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa do Livro Didático (PNLD); a segunda parte aborda o edital do PNLD de 2020 e os livros aprovados no Programa para o 9º ano. Na terceira parte, analisaremos os livros didáticos propostos a fim de percebermos de que forma a Segunda Guerra Mundial é tratada e, de forma muito específica como são feitas as referências ao Holocausto, tendo como foco de análise os campos de concentração. Por fim, as considerações finais trarão as sínteses realizadas a partir das análises efetuadas.

## **2. LIVRO DIDÁTICO: UMA ANÁLISE DE LEGISLAÇÕES E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NA EDUCAÇÃO**

Os livros didáticos são ferramentas norteadoras para os estudos e são utilizados nas escolas públicas municipais e estaduais destinados para o ensino fundamental e ensino médio. Em muitas dessas escolas, eles se tornam a principal fonte de conhecimento no processo educacional, desempenhando um papel crucial na formação dos alunos. Segundo Santos e Ecar (2022), esses materiais são cuidadosamente desenvolvidos com uma abordagem pedagógica sistemática, com o propósito de apoiar a comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, sua qualidade ainda é motivo de questionamento devido às abordagens resumidas e à falta de atualização de conteúdo, uma vez que trata de tópicos que se tornaram desatualizados perante a sua data de sua publicação, de distribuição e utilização. Se considerarmos o tempo da produção e sua incorporação no livro.

Conforme Verceze e Silvino (2008), devido a essa desatualização, alguns professores não consideram o livro didático como a única fonte de conhecimento e optam por utilizar

outros recursos pedagógicos, o que se torna um apoio significativo para o ensino. No entanto, é fundamental enfatizar que, em algumas escolas, o uso de outras fontes pode não ser viável devido às condições precárias que frequentemente existem nos ambientes escolares. Como resultado, o próprio governo, por meio do Ministério da Educação (MEC), reconhece que:

O ambiente da sala de aula, o número excessivo de alunos por turma, a quantidade de classes assumidas pelos professores e os controles administrativos assumidos no espaço escolar contribuem para a escolha de práticas educacionais que se adaptem à diversidade de situações enfrentadas pelos docentes. Geralmente, isso significa a adoção ou aceitação de um livro, um manual ou uma apostila, como únicos materiais didáticos utilizados para o ensino (Brasil, 1998b).

Perante a esta situação o livro didático se torna algo fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois atua também como um suporte cultural além da escola, já que muitas vezes é o único material de leitura que entra nas casas dos estudantes das escolas públicas brasileiras, como citado por Caimi (2010).

Em 1937, o governo de Getúlio Vargas aprovou o decreto-lei nº 93, que resultou na criação do Instituto Nacional do Livro. Essa ação levanta questões importantes, como o possível controle das ideias expressas nos livros, a censura e a cultura nacional. É importante considerar o contexto histórico para entender as intenções do governo ao estabelecer essa instituição, visto que ela pode ter sido um instrumento da política nacionalista para homogeneizar o ensino e controlar as narrativas presentes nos livros. Assim, o decreto atribuía diversas responsabilidades para o instituto, incluindo:

Organização e publicação da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições; editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional; promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros; incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (Brasil, 1937, Decreto-lei nº 93).

Podemos observar que o decreto de 1937 marcou o ponto de partida para enfatizar a importância do conhecimento transmitido por meio de livros e como encontrar abordagens eficazes para disponibilizá-lo à população. Em seguida, o decreto-lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, estabeleceu a Comissão Nacional do Livro Didático, composta por 7 membros, encarregada de analisar os livros didáticos produzidos pelas editoras, permitindo a edição de livros após a aprovação do MEC. Entre as décadas de 1930 e 1960, foram divulgados diversos decretos, incluindo o Decreto-Lei nº 8.460, de 1945. Este decreto

consolidou a legislação referente às condições de produção, importação e utilização de livros didáticos, estabelecendo restrições que limitavam a escolha do livro pelo professor para uso dos alunos.

Em 1966, iniciaram-se algumas iniciativas para a distribuição de livros didáticos nas escolas. No entanto, somente em 1985, por meio do decreto N° 91.542, o Programa Nacional do Livro Didático concentrou-se nas redes de escolas públicas de todas as séries, fornecendo gratuitamente livros didáticos às escolas públicas municipais e estaduais, organizados por disciplinas e turmas. Essa medida representou um avanço significativo na disponibilização de materiais didáticos para os estudantes em todo o país. Porém até o momento não se tinha um documento para orientar a criação de conteúdo nos livros didáticos e os professores enfrentam dificuldades devido à ausência desse guia para a organização dos conteúdos no sistema educacional. Na Constituição publicada em 1988 no art. 210 prevê que: “Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.”(BRASIL, 1988).

A partir deste artigo, se originou a Lei N° 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 que prevê o surgimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Inicialmente, a BNCC não foi amplamente aprovada pelas escolas e professores, pois ignorou o posicionamento dos educadores e as necessidades específicas de diferentes regiões e comunidades. No entanto, em 2017, o ministro da Educação homologou a BNCC através da Portaria N° 2 - 1.570, tornando obrigatória a adoção da BNCC no âmbito da Educação Básica (BRASIL, 2017). Com base na homologação, define-se que:

As redes de ensino e escolas particulares terão diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica (BNCC, 2017).

O objetivo da BNCC, em tese, é combater as desigualdades educacionais, estabelecendo competências e habilidades a serem trabalhadas em sala de aula de maneira uniforme. Porém a BNCC não é um documento inovador, conforme Ralejo, Mello e Amorim (2021). A BNCC estabelece o que os alunos devem aprender, mas pode ter uma orientação voltada para o mercado de trabalho, limitando as perspectivas dos alunos e evitando pensamentos críticos ou questionamentos sobre o governo. Isso levanta dúvidas sobre se a BNCC realmente atende às necessidades dos alunos e professores ou se está sendo moldada

por interesses econômicos. Em resumo, a BNCC não é apenas sobre ensino, mas também envolve questões políticas e econômicas, trata-se de uma base orientadora na qual os educadores e, sobretudo, os livros didáticos deveriam se guiar. No entanto, um ponto importante é muitas vezes negligenciado: a comunicação entre a BNCC e os professores da educação básica sobre os reais impactos dela nas salas de aula (Ralejo, Albergaria e Piubel, 2021).

Na busca por uma educação alinhada à BNCC, é claro que existe a expectativa de que os professores sigam as diretrizes e objetivos estabelecidos. Conforme mencionado por Galian, Pietri e Sasseron (2021), há uma tendência em direção a um professor que “cumpra” exatamente o que a BNCC propõe como aprendizagens essenciais. Nesse sentido, qual, então, seria o papel do professor neste processo? Conforme Galian, Pietri e Sasseron:

O professor não é representado como o responsável pelas decisões sobre o que, quando e como ensinar, pois a relação pedagógica não é observada como atributo dos sujeitos da docência e da aprendizagem, mas objetificada nos conteúdos a serem distribuídos: o professor contextualiza; não produz, mas identifica estratégias, para apresentar, representar, exemplificar, conectar e tornar significativo (GALIAN, PIETRI E SASSERON, 2021, p. 8).

Ou seja, a ideia é encontrar maneiras de seguir o que está na BNCC, mas também conseguir ajustar as aulas de acordo com a situação escolar. Isso significa equilibrar o que é planejado e exigido na BNCC com o que é necessário, viável e adaptado no contexto da sala de aula através das estratégias que o professor escolhe para ensinar cada conteúdo. Cada unidade temática abordada possui objetos do conhecimento e habilidades específicas que devem ser seguidas de acordo com o nível de cada série conforme a BNCC. Essas competências e habilidades são planejadas para que o aluno possa entender melhor cada assunto, tendo assim uma base de conhecimento ao longo da sua trajetória educacional. De acordo com a BNCC:

Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas. Respeitando as muitas possibilidades de organização do conhecimento escolar, as unidades temáticas definem um arranjo dos objetos de conhecimento ao longo do Ensino Fundamental e Ensino Médio adequado às especificidades dos diferentes componentes curriculares. Cada unidade temática contempla uma gama maior ou menor de objetos de conhecimento, assim como cada objeto de conhecimento se relaciona a um número variável de habilidades (BNCC, 2017).

A estrutura das unidades temáticas representa um passo significativo para a educação brasileira, proporcionando uma construção educacional mais sólida ao longo do ensino fundamental e médio, de acordo com cada disciplina.

Segundo a BNCC, as orientações para a disciplina de História no 9º ano do Ensino Fundamental (anos finais):

1. Pela identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico.
2. Pelo desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens.
3. Pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias (BNCC, 2017).

A BNCC orienta o ensino de História, incentivando o uso de fontes históricas, materiais ou imateriais, para promover a compreensão, interação e questionamento dos alunos. Isso permite uma abordagem crítica e ampla sobre temas nacionais e globais, contribuindo para o entendimento dos principais eventos mundiais.

Conforme mencionado por Ralejo, Mello e Amorim:

Consideramos que a atitude historiadora é um importante conceito no qual a BNCC se ampara, proporcionando muitas oportunidades para o desenvolvimento do conhecimento histórico escolar. A atitude historiadora traz à tona a importância do olhar sobre as diferentes fontes e os documentos. É a partir das fontes que se faz História e assim podemos visualizar possibilidades de combater o negacionismo histórico, tema que tem emergido com força mediante discursos de ordem autoritária e conservadora (RALEJO, MELLO E AMORIM, 2021, p. 16).

Essa atitude ou um olhar histórico que os autores mencionam é necessário também quando analisamos as referências utilizadas nos livros didáticos. A partir das fontes e das várias perspectivas que se tem, buscamos compreender o passado. Diante dessa necessidade, é evidente que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) desempenha um papel essencial na regulamentação e atualização dos livros didáticos, garantindo sua adequação ao ambiente escolar. O processo de atualização ocorre a cada 4 anos, permitindo que os livros sejam utilizados por um período significativo nas instituições de ensino. Através do PNLD, busca-se proporcionar aos estudantes acesso a materiais didáticos de alta qualidade, que contribuam para o desenvolvimento de seu conhecimento e aprendizado.

No último edital do PNLD, realizado em 2020 e ainda em vigor para o uso dos livros didáticos, observamos que, das 13 coleções avaliadas, apenas 11<sup>1</sup> foram aprovadas para uso nas escolas. Essa seleção visa assegurar a qualidade e a pertinência dos materiais utilizados

---

<sup>1</sup> As 11 coleções aprovadas foram Araribá Mais História, Convergências História, Estudar História, Geração Alpha História, Historiar, História - Escola E Democracia, História Sociedade & Cidadania, História.Doc, Inspire História, Teláris História e Vontade De Saber História



na educação, garantindo que os livros escolhidos estejam alinhados com as políticas públicas que envolvem processos educacionais.

A análise mais detalhada do edital de 2020 será a próxima parte a ser abordada, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos critérios e diretrizes que orientam a escolha dos livros didáticos para uso nas escolas, bem como o impacto desse processo na qualidade do ensino no Brasil.

### **3. EDITAL DO PNLD 2020: IMPACTOS E DESAFIOS NA SELEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL**

Em 2018, o governo brasileiro lançou um edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que entrou em vigor em 2020. Este edital, intitulado "Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas e Literárias para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2020", convocou editores para participar do processo de aquisição de obras didáticas e literárias destinadas aos estudantes e professores do ensino fundamental (6º ao 9º ano) das escolas de educação básica pública, das redes federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. O objetivo principal era atualizar e verificar novos livros didáticos a serem adotados nas escolas de todo o país, seguindo as condições e especificações estabelecidas no edital (Brasil, 2018). As especificações do PNLD 2020 incluíam não apenas a análise dos conteúdos, mas também critérios como a quantidade de páginas permitida para cada livro didático de cada disciplina.

Além disso, o edital propôs uma maior aproximação do conhecimento, estabelecendo requisitos para os livros didáticos. Caso não cumprissem esses requisitos, as obras seriam desclassificadas. Entre os critérios estabelecidos estavam a necessidade de:

- a) Apresentar uma abordagem metodológica capaz de contribuir para o alcance dos objetos de conhecimento e respectivas habilidades dispostos na BNCC, visando o desenvolvimento integral dos estudantes;
- b) Apresentar coerência com essa abordagem, do ponto de vista dos conhecimentos, recursos propostos e organização geral da proposta. Caso a obra recorra a mais de um modelo didático-metodológico, a articulação proposta entre os modelos deve ser clara e coerente;
- c) Organizar-se de forma a garantir a progressão das aprendizagens;
- d) Contribuir para a apreensão das relações que se estabelecem entre os conhecimentos propostos e suas funções socioculturais, considerando a dimensão afetiva dos indivíduos (Edital PNLD, 2018, p. 39).



Esses critérios para o PNLD eram essenciais para garantir que os livros didáticos selecionados se aproximassem dos estudantes, seguindo as diretrizes da BNCC. O Anexo III especifica detalhadamente a adequação das obras à BNCC, tornando fundamental que os materiais didáticos atendessem a esses padrões para serem considerados no processo de seleção do PNLD. As obras que não contribuíssem de maneira adequada para o desenvolvimento das competências gerais e específicas das áreas de conhecimento da BNCC seriam desclassificadas. Essa exigência garantia que os livros escolhidos estivessem de acordo com as legislações e programas governamentais (Brasil, 2018).

Além disto, para cada disciplina, foi desenvolvido um guia digital do PNLD que detalha as obras aprovadas pelo edital e as disponibiliza para os educadores. Esses guias fornecem informações específicas sobre os livros didáticos selecionados, incluindo seu conteúdo, objetivos de aprendizado, atividades sugeridas e como estão alinhados com as diretrizes da BNCC. São recursos fundamentais para os professores, auxiliando-os na escolha dos materiais mais apropriados para suas aulas.

Ao explorar o guia da disciplina de História, observamos que, das 13 obras enviadas, 11 foram aprovadas. Essas obras, embora compartilhem pontos em comum, atendem às exigências do edital de maneiras diversas. Isso proporciona às equipes docentes de cada escola uma variedade de opções para escolher qual obra adotar de acordo com seu projeto pedagógico e as características de sua comunidade escolar. O guia fornece resenhas detalhadas sobre as especificidades de cada obra aprovada, destacando seus pontos fortes e também suas fragilidades. Essas informações são cruciais para auxiliar os educadores na escolha das obras que melhor se adequam à abordagem e organização dos conteúdos históricos em suas aulas (Brasil, 2018), sem, no entanto, levar em consideração a existência do mercado editorial em disputa.

Em suma, a análise do guia da disciplina de História destaca não apenas a diversidade nas abordagens das obras didáticas, mas também ressalta os desafios enfrentados pelos educadores ao escolherem materiais apropriados para suas salas de aula a fim de oferecer uma educação de qualidade. Isso levanta questões cruciais sobre a flexibilidade curricular e a adaptação às necessidades específicas dos alunos.

#### **4. ENTRE GUERRAS E LIVROS: UMA ANÁLISE SOBRE O HOLOCAUSTO**

Resta-nos problematizar de que forma o tema do Holocausto é abordado nos livros selecionados para a análise. Ambos foram aprovados pelo Programa Nacional do Livro

Didático de 2020 e focam em temas, como os campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial.

Nossa análise abordará aspectos que consideramos fundamentais, alinhados com o ponto de vista teórico defendido por Circe Bittencourt, que enfatiza a importância de avaliar não apenas os valores e ideologias presentes nos livros didáticos, mas também sua forma, conteúdo escolar e pedagógico (Bittencourt, 2008). Os critérios de análise contemplam a identificação dos autores e sua experiência na produção de materiais didáticos bem como qual editora pela qual publicam. Também apresentaremos o público-alvo a que o livro se destina. Além disso, analisaremos a organização da obra, incluindo sua estrutura, abordagem teórica, elementos visuais, linguagens utilizadas e atividades propostas.

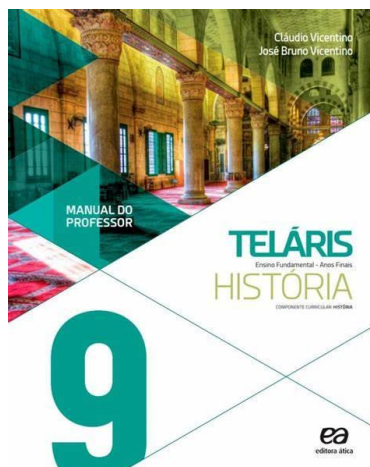
#### **4.1 LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA - TELÁRIS**

O livro "História - Teláris", é escrito por Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino. O primeiro autor é bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), é professor de história do ensino médio e de cursos pré-vestibulares. Além disso, é autor de diversas obras didáticas e paradidáticas para o ensino fundamental e médio. José Bruno Vicentino, é bacharel e licenciado em história pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), atua como professor de história do ensino fundamental, médio e de cursos pré-vestibulares, sendo também autor de obras didáticas para o ensino fundamental e médio, e filho de Cláudio Vicentino (Vicentino; Vicentino, 2018).

O livro está publicado pela editora Ática, que tem uma trajetória de 58 anos no mercado. A editora foi fundada com o propósito inicial de produzir apostilas educacionais, mas ao longo do tempo, passou a se destacar na produção de livros didáticos, tornando essa sua principal função (Ática, 2023?).

Este livro é destinado ao ensino fundamental (anos finais), com foco especificamente no 9º ano das escolas públicas. Ele está disponível online e, caso o professor opte por utilizá-lo com a turma, será fornecido em formato físico.

Figura 1: Capa do livro didático História - Teláris de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino:



Fonte: Vicentino; Vicentino, 2018

O livro oferece uma abordagem estruturada e integrada da história do Brasil e do mundo, utilizando referenciais teóricos como Hobsbawm e Le Goff. Possui 256 páginas, divididos em apresentação da obra, introdução, conteúdos (dividido em quatro unidades) e, por fim, a bibliografia. Essa estruturação permite que os leitores obtenham uma visão cronologicamente abrangente dos eventos históricos ao longo do século XX, tanto no contexto brasileiro quanto global. O livro organiza os acontecimentos de maneira linear separando as unidades de forma temporal.

Na primeira unidade, intitulada "Entrando no século XX", o livro explora acontecimentos desse período. Dividida em três capítulos, essa parte aborda temas como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a formação da República no Brasil.

A segunda unidade, denominada "Autoritarismo, totalitarismo e a Segunda Guerra Mundial", se aprofunda em crises globais e eventos dos anos 1920 até a Segunda Guerra Mundial. Esta unidade é dividida em quatro capítulos que abordam questões como a era Vargas no Brasil e os impactos da Segunda Guerra Mundial na política mundial.

A terceira unidade, "O mundo da Guerra Fria e da descolonização", explora a divisão do mundo durante a Guerra Fria, as transformações políticas no Brasil, a luta por soberania na América Latina e o processo de descolonização na Ásia e na África. Esta seção é composta por quatro capítulos, cada um analisando um aspecto dessa época.

A quarta e última unidade, "O fim da Guerra Fria e o Brasil recente", foca no cenário pós-Guerra Fria, a globalização e o Brasil contemporâneo. Composta por três capítulos, esta parte examina eventos como o processo de redemocratização no Brasil e os desafios enfrentados pelo país na era moderna.

Para introduzir os temas de estudo, a obra utiliza diversas fontes, como imagens e mapas, nas aberturas das unidades ou capítulos. Além disso, são apresentados questionamentos que incentivam a interpretação dessas fontes. A obra também se destaca pela inclusão de referências a livros, filmes, entre outros. O livro contém uma variedade de imagens e mapas, todos acompanhados por legendas explicativas.

A linguagem utilizada ao longo do livro é clara e descritiva, incorporando conceitos que são devidamente explicados quando necessário. Ao término de cada capítulo, os leitores têm acesso a um tipo de mapa mental nomeado de “Mapeando saberes”, que oferece uma visão rápida e resumida do conteúdo abordado, tornando mais acessível a compreensão dos tópicos tratados.

No entanto, é importante observar que, embora este mapa mental forneça uma visão geral dos temas, ela pode não capturar todos os detalhes importantes discutidos ao longo do capítulo. Após o mapa mental, os alunos encontram atividades relacionadas ao conteúdo estudado onde são separadas por “retome”, “reflita”, “pesquise” e “analise uma charge”, onde são incentivados a refletir sobre os assuntos por meio de imagens, texto, charge e outras abordagens. Além disso, uma seção de autoavaliação proporciona aos alunos a oportunidade de avaliar seu próprio entendimento do assunto.

Explorando o tema do nosso estudo, identificamos que a Segunda Guerra Mundial é abordada na segunda unidade, juntamente com os capítulos sobre Crises e Totalitarismo, O Brasil nos Anos 1920, A Era Vargas e A Segunda Guerra Mundial juntamente com a Queda de Vargas. No primeiro capítulo desta unidade, são discutidos eventos como o nazifascismo, seguido pela implementação do *New Deal* e, anteriormente, o fascismo italiano. Dentro do mesmo capítulo, encontramos o subtema "O Nazismo na Alemanha", que explora a ascensão de Hitler ao poder.

Figura 2 - A ascensão de Hitler

### A ascensão de Hitler

Com a Crise de 1929, a economia alemã voltou a mergulhar no caos, com agitações sociais e políticas e o crescimento dos partidos de esquerda. Parcela expressiva da população – sobretudo, da classe média – apoiou as propostas extremistas dos nazistas. A popularidade de Hitler aumentou entre os trabalhadores, animados com as promessas de aumentos salariais, reforma agrária e anulação das dívidas dos camponeses, e também entre os empresários, que temiam a força política dos comunistas.

Nas eleições de 1932, o partido nazista conseguiu a maioria dos votos para o Parlamento (*Reichstag*).

Em 1933, Hitler se tornou chanceler (chefe do governo alemão). Em seguida, implantou uma ditadura e promoveu a eliminação de seus opositores, com a proibição de todos os partidos, exceto o nazista, e o fechamento de sindicatos e jornais de oposição. Por meio da Gestapo, a polícia secreta do Estado, Hitler estabeleceu a censura e perseguiu esquerdistas, democratas, ciganos, homossexuais e grupos étnicos minoritários, como judeus, eslavos e negros, responsabilizados pela miséria do povo alemão.

Contrariando as decisões dos tratados do pós-guerra, ele iniciou o rearmamento. Com isso, passou a ambicionar o que chamava de **espaço vital**: a anexação de territórios vizinhos considerados necessários para a formação da **Grande Alemanha**. Essas pretensões seriam o estopim da Segunda Guerra Mundial.

Hitler desfila em carro aberto no Estádio Olímpico de Berlim. Foto de 1939.



Cartaz de propaganda nazista de 1935 que mostra Adolf Hitler em destaque, segurando a bandeira nazista.



Fonte: Vicentino; Vicentino, 2018, p. 81

Nesse subtema, conseguimos visualizar e analisar duas imagens. A primeira é um cartaz de propaganda nazista de 1935, destacando Adolf Hitler segurando a bandeira nazista, transmitindo uma mensagem de glorificação e soberania. A segunda imagem retrata Hitler desfilando em um carro aberto no Estádio Olímpico de Berlim em 1939. Essas imagens proporcionam uma visão geral dos eventos, permitindo que os alunos compreendam as produções das imagens daquele evento assim analisando a propaganda e a soberania durante esse período.

Dentro da mesma unidade, destacamos o capítulo 7 que trata da Segunda Guerra Mundial, é constituído por 17 páginas. Nele, encontramos diversos subtemas, como o início do conflito, o avanço das forças do Eixo, a vitória dos Aliados, os acordos que marcaram o final da guerra, a política da "boa vizinhança" adotada por algumas nações, a participação do Brasil no conflito e a deposição de Getúlio Vargas do poder. Além disso, vale ressaltar que alguns desses subtemas são acompanhados por imagens e mapas. Mas ao analisar a forma em que se divide e especificamente os subtemas abordados, conseguimos perceber que sua concepção histórica parece estar limitada à narrativa das guerras, deixando de lado outros aspectos importantes por trás das batalhas. Ao focar principalmente nos acontecimentos da guerra, corre-se o risco de compreender este evento como uma sequência de conflitos e batalhas, ignorando fatores como a mudança das sociedades, das culturas e das interações humanas. Além disso, ao privilegiar a narrativa militar, há o perigo de glorificar ou romantizar os eventos de guerra, sem explorar as consequências humanas, sociais e éticas desses acontecimentos. Diante dessa análise, surge uma preocupação evidente: como são

abordados os campos de concentração? Enquanto examinamos as informações no livro didático, conseguimos identificar no subtema "Avanços do Eixo" um quadro informativo intitulado "Conheça Mais", nomeado "Política de Extermínio".

Figura 3 - Política de extermínio

+ **Conheça mais**

**Política de extermínio**

Uma das características do regime nazista era o antissemitismo, que atribuía aos judeus a responsabilidade pelos problemas da Alemanha.

Após Hitler assumir o poder, os judeus foram obrigados a viver em guetos (bairros segregados) e a usar estrelas de Davi amarelas na roupa, que os identificavam como não cidadãos. Muitos eram levados para **campos de concentração**, grandes prisões cercadas de arame farpado e eletrificado para impedir fugas. Lá também eram aprisionados ciganos, comunistas e homossexuais, considerados igualmente ameaçadores ao povo germânico.

Durante a Segunda Guerra, à medida que anexava territórios, Hitler construía neles novos campos de concentração. Na Europa sob domínio nazista, cerca de 11 milhões de pessoas foram aprisionadas nesses lugares, entre adultos e crianças.

**Campos de concentração e de extermínio na Europa (1941-1945)**

Fonte: elaborado com base em KINDER, H.; HILGEMANN, W. *The Anchor Atlas of World History*. New York: Doubleday, 1966. p. 204.

Das centenas de campos de concentração e de extermínio espalhados por territórios europeus sob domínio nazista, alguns ficaram tristemente famosos, como Buchenwald e Dachau, na Alemanha; Mauthausen, na Áustria; Auschwitz, Treblinka e Sobibor, na Polónia.

Os prisioneiros eram submetidos a humilhações, torturas, experiências médicas, desnutrição e execuções. Trabalhos forçados eram praticados pelos prisioneiros nos próprios campos ou em empresas privadas alemãs, cujos donos se apropriavam dos bens das famílias judias.

A partir de 1941, os sobreviventes eram levados para **campos de extermínio** e assassinados em câmaras de gás, tendo seus corpos incinerados em fornos crematórios. Essa política de **purificação racial**, que visava eliminar grupos humanos considerados inferiores, foi chamada de **solução final**.

Vários campos ficavam próximos das cidades, visíveis para seus moradores – ou seja, nada se fazia para escondê-los. Milhares de pessoas e diversas instituições – algumas com participação direta, outras por simpatia, condescendência e até mesmo omissão – tiveram responsabilidades nesse **genocídio**.

**Minha biblioteca**

**O diário de Anne Frank**. Editora Record, 2006. Diário de uma adolescente judia que viveu o horror da perseguição nazista. Após ser encontrado, tornou-se símbolo da luta contra a opressão e a injustiça.

**Museu: a história de um sobrevivente**. de Art Spiegelman. Quadrinhos na Cia, 2005. O quadrinista estadunidense narra a luta dos seus pais, judeus poloneses, para sobreviver ao extermínio nos campos de concentração nazista. Spiegelman constrói uma alegoria, em que os judeus são ratos, os poloneses, porcos, os alemães, gatos, e os estadunidenses, cachorros.

**De olho na tela**

**O pianista**. Direção: Roman Polanski. França, 2002. Inspirado nas memórias do pianista polonês Wladyslaw Szpilman, o filme conta o surgimento do Ghetto de Varsóvia, com a construção de muros para encerrar judeus em certas áreas, e dos campos de concentração.

**Genocídio**: assassinatos em massa cometidos com o objetivo de exterminar total ou parcialmente uma determinada população, comunidade, um grupo étnico ou religioso.

Fonte: Vicentino; Vicentino, 2018, p. 119

A compreensão apresentada no livro sobre os campos de concentração e do antissemitismo é superficial. Ao mencionar o antissemitismo como uma característica do regime nazista, o livro falha em contextualizar o preconceito e da discriminação enfrentados pelos judeus e outras minorias durante a guerra.

Além disso, ao descrever de maneira geral as condições nos campos de concentração, sem entrar em detalhes específicos sobre as experiências dos prisioneiros e vítimas, o livro não proporciona uma visão de como eram esses locais, apenas mencionando superficialmente. Aspectos como as condições insalubres, a fome extrema e as execuções em massa, são cruciais para um aprofundamento para compreender o holocausto.



Apesar de algumas recomendações de filmes como "O Pianista" e livros como "O Diário de Anne Frank" e "Maus: Uma História de um Sobrevivente", essas sugestões se tornam inacessíveis conforme a escola, pois para utilizar essas recomendações, são necessários outros recursos como a utilização da internet e datashow. É possível observar um mapa, que foi elaborado com base nos autores Kinder e Hilgemann, que representa as localizações dos campos de extermínio e campos de concentração, ocupando uma considerável parte da página. No entanto, nesse mapa, embora informativo, faltam explicações detalhadas sobre cada um desses locais, suas funções e o que ocorreram neles. A simples presença do mapa, sem um contexto mais aprofundado, pode limitar a compreensão dos leitores como a escala, e a brutalidade que ocorriam nessas instalações.

Ao final do capítulo encontramos atividades, com destaque para duas delas, a atividade 7 e a atividade 8, ambas abordando o tema dos campos de concentração.

Na atividade 7, os alunos são apresentados a uma imagem do campo de concentração de Mauthausen, acompanhada por dois textos. O primeiro descreve as condições de chegada ao campo, enquanto o segundo explora os três direitos humanos fundamentais, conforme definidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU). Em seguida, são propostos questionamentos:

- a) De acordo com o texto 1, como as pessoas eram tratadas nos campos de concentração?
- b) Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (texto 2), proclamada em 1948 ou seja, após o fim da guerra, quais são os direitos que devem ser garantidos a todas as pessoas, sem nenhuma distinção?
- c) Na sua opinião, por que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada? Qual é a relação que ela tem com o que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial?
- d) Você sabe se, no lugar onde você mora, existem organizações que lutam pela manutenção dos direitos humanos, no que diz respeito a igualdade racial, liberdade religiosa, de orientação sexual, etc.? Identifique quais são elas e suas principais reivindicações (VICENTINO; VICENTINO, 2018, p.128).

Na atividade 8, os estudantes se deparam com uma imagem de crianças judias sobreviventes sendo libertadas do campo de Auschwitz, o que levanta questionamentos como:

- a) O que caracteriza esses lugares?
- b) Campos de concentração não existiram apenas na Alemanha nazista. O governo estadunidense manteve campos de concentração para japoneses durante a Segunda Guerra Mundial, e os soviéticos mantiveram campos para presos políticos, os gulags. Em sua pesquisa, você encontrou referências a campos de concentração ou de refugiados no presente? Em caso positivo, anote as informações obtidas sobre eles (VICENTINO; VICENTINO, 2018, p.128).




Figura 4 - Atividades

humanos, no que diz respeito a igualdade racial, liberdade religiosa, de orientação sexual, etc.? Identifique quais são elas e suas principais reivindicações.

**Pesquise**

8• Faça uma pesquisa sobre campos de refugiados e campos de concentração para responder às perguntas a seguir.



9• Com base nas informações pesquisadas, elabore um texto com o seguinte título: "Estamos livres da barbárie?".

a) O que caracteriza esses lugares?

b) Campos de concentração não existiram apenas na Alemanha nazista. O governo estadunidense manteve campos de concentração para japoneses durante a Segunda Guerra Mundial, e os soviéticos mantiveram campos para presos políticos, os *gulags*. Em sua pesquisa, você encontrou referências a campos de concentração ou de refugiados no presente? Em caso positivo, anote as informações obtidas sobre eles.

▶ Crianças judias sobreviventes sendo libertadas do campo de Auschwitz, na Polônia, em fotografia de 1945.

Fonte: Vicentino; Vicentino, 2018, p. 129

Ao analisar essas duas atividades, fica evidente que o assunto dos campos de concentração é abordado de maneira limitada no capítulo. As atividades 7 e 8, que exploram os campos de concentração, mas parecem ser tratadas como apêndices no final do capítulo, em vez de integradas ao conteúdo principal.

Poderiam ter se aprofundado durante o capítulo sobre os campos de concentração, e não somente na parte das atividades. Uma vez que a compreensão sobre os campos merece uma exploração com mais detalhes para assim refletir com as atividades propostas pelo livro.

O livro poderia ter incluído um subtema mais informativo sobre esse tema, detalhando as origens, funcionamento e consequências desses campos, bem como o impacto duradouro que tiveram na história.

Ao reduzir essa parte essencial da história a atividades no final do capítulo, corre-se o risco de que os estudantes não recebam um entendimento profundo sobre o tema. O tema dos campos de concentração não deve ser tratado como um tópico secundário, mas sim integrado a conteúdos principais.

## 4.2 LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA - SOCIEDADE & CIDADANIA

O segundo livro analisado é "História - Sociedade & Cidadania", escrito por Alfredo Boulos Júnior. O autor possui doutorado em Educação, com foco em História da Educação

pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e mestrado em Ciências, com ênfase em História Social pela Universidade de São Paulo. Sua experiência inclui lecionar tanto na rede pública, quanto na particular, além de ministrar aulas em cursos pré-vestibulares. Ele também é autor de coleções paradidáticas e prestou assessoria à Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – São Paulo (Boulos, 2018).

O livro foi publicado em 2018 pela editora FTD Educação, fundada em 1902 pelos irmãos Maristas, que mais tarde se unificaria com a editora Scipione. Teve como objetivo a criação de livros didáticos para alcançar uma educação de qualidade (FTD, 2023?). Este livro é destinado ao ensino fundamental (anos finais), com foco especificamente para o 9º ano das escolas públicas. Ele está disponível online e, caso o professor opte por utilizá-lo com a turma, será fornecido em formato físico.

Figura 5 - Capa do livro didático História - Sociedade & Cidadania de Alfredo Boulos Júnior



Fonte: Boulos, 2018

O livro oferece uma abordagem estruturada e dividida da história do Brasil, e do mundo, oferece uma visão geral da história, abrangendo eventos em diferentes períodos e regiões do mundo. A ordem do conteúdo pode simplificar a história, uma vez que não aborda a interconexão entre eventos, utilizando referências teóricas como Marc Bloch e Fernando Hernández. Ele está dividido em apresentação da obra, sumário, o conteúdo (apresentado em quatro unidades), e por fim a bibliografia totalizando 272 páginas.

Na primeira unidade do livro, encontramos quatro capítulos distintos. O primeiro explora os desdobramentos da Proclamação da República, enquanto o segundo se aprofunda na Primeira República, abordando tanto a dominação quanto a resistência. O terceiro capítulo discute a Era Vargas, e o quarto examina os movimentos sociais, com destaque para as experiências dos negros, indígenas e mulheres.

Na segunda unidade do livro, encontramos 4 capítulos que abordam a Primeira Guerra Mundial, seguida pela Revolução Russa, a Grande Depressão, o Fascismo e o Nazismo, e finalmente, a Segunda Guerra Mundial.

Na terceira unidade do livro, encontramos cinco capítulos. O primeiro aborda a Guerra Fria, seguido por Revoluções Socialistas na China e Cuba, bem como Nacionalismos Africano e Asiático. Posteriormente, o livro discute o Brasil: Uma Experiência Democrática (1945 a 1964) e, por fim, aborda as Ditaduras na América Latina.

Na quarta e última unidade do livro, são discutidos temas como o Brasil Contemporâneo e o Fim da Guerra Fria e Globalização.

No início de cada capítulo ou unidade, são apresentadas imagens, capas de álbuns, entre outros elementos, acompanhados por pequenos textos contextualizadores, ou questionamentos relacionados à fonte. Ao longo dos capítulos, observa-se uma grande utilização de imagens que ilustram ou problematizam os eventos, todas acompanhadas por breves explicações.

A linguagem textual (verbal) adotada é objetiva e acessível, evitando em sua maioria, o uso de conceitos complexos que exigiam explicações detalhadas para assim o aluno compreender de forma fácil sem nenhum auxílio. Ao final de cada capítulo, os estudantes encontram atividades divididas em duas seções: 'Retomando' e 'Leitura e Escrita de História'. Na atividade 'Retomando', os alunos revisam o conteúdo do capítulo estudado, enquanto na atividade 'Leitura e Escrita de História', são apresentados textos ou imagens seguidos por questionamentos, que incentivam a análise crítica e a habilidade de escrita dos alunos.

Ao abordar o tema em análise, encontramos sua introdução no capítulo 7 do livro, onde são exploradas questões como o Fascismo e o Nazismo. Especificamente na página 113, o livro aprofunda a discussão sobre o Nazismo.

Figura 6 - O Nazismo na Alemanha

## O nazismo na Alemanha

Vimos que os vencedores da Primeira Guerra obrigaram a Alemanha a assinar o **Tratado de Versalhes**, em 1919, pelo qual ela teve de ceder territórios (incluindo a rica região da Alsácia e Lorena) e pagar aos vencedores uma indenização de 132 bilhões de **marcos** (33 bilhões de dólares na época)! Essa dívida gigantesca contribuiu para uma crise de graves proporções na Alemanha: a inflação e a dívida externa dispararam, enquanto a oferta de emprego diminuiu assustadoramente.

O aprofundamento da crise favoreceu o crescimento de socialistas e comunistas nas eleições e abriu caminho para o fortalecimento de partidos que prometiam soluções "mágicas". Um desses partidos era o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), também chamado de **Partido Nazista**, fundado em 1919, ano em que admitiu em suas fileiras o ex-cabo Adolf Hitler.

Falando ao público, Hitler culpava as democracias liberais pela derrota da Alemanha na guerra e pelas condições humilhantes impostas ao país pelo Tratado de Versalhes. Dizia também que o povo alemão tinha sido a principal vítima da guerra e estava "entregue aos pontapés do resto do mundo". Estando com o orgulho ferido, milhares de alemães foram "arrastados" por esse discurso. Adotando um nacionalismo extremado e devotando ódio aos judeus e aos comunistas, Hitler tornou-se, em pouco tempo, o líder absoluto dos nazistas.

Em 1920, o Partido Nazista criou as **SA – Seções de Assalto** –, grupos paramilitares encarregados de eliminar fisicamente seus adversários. Três anos depois, em meio ao agravamento da crise econômica e social, Hitler tentou tomar o poder por meio de um golpe de Estado na cidade alemã de Munique, mas fracassou e foi preso. Na cadeia, ele produziu boa parte de um livro chamado **Minha luta**, que continha os princípios básicos do nazismo. São eles:

- **a superioridade da raça ariana.** Para Hitler, existiria uma raça pura (a ariana), superior a todas as outras e da qual provinham os alemães.
- **a necessidade de um espaço vital.** Tese segundo a qual os alemães precisavam conquistar territórios a fim de se realizar plenamente como povo.
- **o antissemitismo.** Os nazistas justificavam seu ódio aos judeus dizendo que eles haviam contaminado a "raça ariana". Assim, para salvar a Alemanha e purificar a raça ariana, os judeus deviam ser eliminados.

Marco: antiga moeda alemã. Atualmente, a moeda da Alemanha é o euro.



Menino brincando de recortar e colar com notas de marcos [dinheiro alemão], tal era a desvalorização dessa moeda. Alemanha, c. 1919.

113

Fonte: Boulos, 2018, p. 113

Nesta página, o livro nos leva a refletir sobre questões como a crença na superioridade racial, que resultou no Holocausto, explora também a ascensão dos nazistas e o regime ditatorial de Hitler, destacando o antissemitismo e as políticas discriminatórias adotadas durante esse período; não há imagens ilustrando esses acontecimentos.

O adentrarmos no capítulo 8, voltado especificamente para a Segunda Guerra Mundial, composto por 15 páginas onde 4 páginas é destinado a atividades, verificamos questões como o imperialismo japonês, o expansionismo italiano, táticas militares, ocupação nazista, resistência soviética, a guerra no oriente, os aliados, a derrota da Alemanha, os bombardeios em Hiroshima e Nagasaki e, por fim, o Holocausto são abordados de maneira abrangente.

A análise do Holocausto, na página 130, embora haja uma imagem em que ocupa consideravelmente a página, retratando famílias judias sendo açoitadas por soldados nazistas, esta imagem oferece apenas uma visão inicial do momento da captura. No entanto, a falta de imagens relacionadas aos campos de concentração, impede que os leitores tenham uma compreensão maior sobre o holocausto. No texto do livro sobre o holocausto, apresenta uma abordagem superficial, deixando de explorar fatos cruciais ocorridos nos campos de concentração e extermínio, incluindo a desnutrição extrema e os experimentos médicos. A ausência de relatos de sobreviventes, limita consideravelmente a compreensão do holocausto.

Figura 7: O Holocausto

### O Holocausto

Em 20 de novembro de 1945, começou o julgamento dos dirigentes nazistas no Tribunal de Nuremberg, instalado na Alemanha. Um dos piores crimes que o Tribunal de Nuremberg comprovou ter sido cometido pelos nazistas foi o extermínio de milhões de judeus.

Em janeiro de 1942, os líderes nazistas decidiram que matariam todos os judeus que pudessem em campos de extermínio, especialmente construídos para essa finalidade. Os nazistas chamaram seu plano de "Solução Final". Os campos de extermínio eram autênticas "fábricas de morte". Assim que chegavam a esses campos, idosos, doentes e crianças eram mandados imediatamente para as câmaras de gás sem que soubessem disso; os carrascos nazistas diziam que a fila era para os prisioneiros tomarem banho de chuveiro.

Antes de a guerra terminar, as notícias sobre o extermínio cometido nesses campos eram vistas como "exagero" ou "invenção" da propaganda dos Aliados. Mas com o fim da guerra vieram à tona inúmeras provas desse crime contra a humanidade, e não foi mais possível esconder o horror. Calcula-se que nesses campos foram mortos cerca de 6 milhões de judeus, 300 mil ciganos e centenas de milhares de soviéticos, homossexuais, deficientes físicos, padres e pastores que pregavam contra a guerra. Esse extermínio sistemático ficou conhecido como **Holocausto**.



Famílias judias açoitadas por soldados nazistas no Gueto de Varsóvia, na Polônia, em maio de 1943. Após uma revolta em que 20 soldados nazistas foram mortos, as tropas nazistas eliminaram 15 mil judeus e levaram os sobreviventes para campos de extermínio.

130

Fonte: Boulos, 2018, p. 130

Após essa seção, há atividades relacionadas ao capítulo, mas notamos a ausência de atividades específicas relacionadas ao holocausto e campos de concentração.

Com base nesta análise, conseguimos verificar que o livro oferece uma visão ampla da história, onde há espaços para melhorias como a abordagem sobre holocausto. Além disso, a ausência de atividades limita o aluno a refletir sobre este evento, ressaltando a necessidade de uma abordagem mais profunda.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante minha trajetória acadêmica, ao enfrentar dois anos de graduação em meio à pandemia de Covid-19, período de distanciamento que teve um impacto significativo em minha vida acadêmica, sendo este meu primeiro artigo. O tema escolhido despertou minha atenção devido a questões relacionadas à educação pública, em especial o acesso e a estrutura dos livros que auxiliam tanto os professores quanto os alunos. Assim, meu objetivo ao abordar os livros didáticos aprovados em 2020 pelo Programa Nacional do Livro Didático

(PNLD) é problematizar a abordagem que os livros didáticos destinados aos anos finais do ensino fundamental em escolas públicas brasileiras têm sobre o Holocausto.

A importância do livro didático no processo de ensino-aprendizagem se tornou evidente ao considerar seu grande papel nas escolas da rede pública. Durante esse contexto, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi estabelecido, exigindo que os livros aprovados estivessem alinhados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a partir de 2017. Nesse sentido, a análise desses livros tornou-se crucial para determinar se eles abordam de maneira abrangente fatores importantes sobre eventos históricos, reconhecendo a relevância desses temas como objetos de conhecimento essenciais, inclusive a perspectiva das vítimas do Holocausto, conforme estabelecido pela BNCC.

Ao examinar dois livros didáticos destinados ao 9º ano do ensino fundamental, aprovados pelo PNLD de 2020, que abordam o Holocausto, percebo que, embora eventos históricos, contextos políticos e conflitos armados sejam abordados, os subtemas relacionados ao Holocausto recebem um tratamento superficial em comparação com o objeto de conhecimento da BNCC. No livro "História - Teláris" o objeto de conhecimento é abordado apenas nas atividades, enquanto no livro "História - Sociedade & Cidadania" esse objeto de conhecimento não é tratado, evidenciando a necessidade de uma revisão nos livros didáticos para garantir uma abordagem adequada dos temas previstos pela BNCC.

Essa ausência de informações detalhadas nos livros, que muitas vezes simplificam as experiências de mulheres, crianças e idosos, ressalta ainda mais o papel crucial do professor, como mediador, assim o educador não apenas transmite conhecimento mas também estimula a reflexão dos alunos.

Esse tema é importante para todos os estudantes, pois na área da educação pode ser o único momento em que o aluno tem a oportunidade de refletir sobre o holocausto, uma vez que este subtema não era obrigatório no livro antes da BNCC. É fundamental que os livros didáticos ofereçam uma abordagem desses eventos históricos, incluindo a perspectiva das vítimas.

Além disso, ao analisar o tema no contexto do tempo presente, torna-se importante discutir o impacto contínuo desses eventos na sociedade atual, especialmente em um país como o Brasil que enfrenta desafios relacionados ao extremismo e ao neonazismo. Esta reflexão com a sociedade, a partir da escola, possibilita analisar as consequências das ações e, ao mesmo tempo, pode conscientizar sobre intolerância e ódio.



## 6. AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu noivo, João Levi. Que esteve ao meu lado e nunca me permitiu desistir, sempre me apoiando e incentivando. Seu apoio foi fundamental para superar os desafios que enfrentei na minha vida. Com nossa família, sinto que posso superar qualquer obstáculo que surgir no meu caminho!

Aos meus avós, Leonete e João. Por serem a minha base na vida e, por me apoiarem e auxiliarem desde o início na minha decisão de cursar História.

As minhas colegas, Celine e Joana. Que me deram apoio constante. Juntas, enfrentamos desafios e compartilhamos momentos durante nosso curso.

A minha orientadora, Daniela. Foi uma pessoa incrível durante meu último ano na faculdade, sempre acreditando em mim, apoiando e me encorajando a seguir em frente. Agradeço por sua orientação e por ser uma inspiração em minha jornada acadêmica!

O meu co-orientador, Richarles. Que me auxiliou com suas considerações.

E aos demais professores do curso, que contribuíram para o meu aprendizado. Vou levar esses ensinamentos comigo durante a minha trajetória.



## 7. REFERÊNCIAS

ÁTICA, Editora. **Quem somos?**. [S. l.], 2023?. Disponível em: <https://aticascipione.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 29 out. 2023.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Reflexões sobre o ensino de História**. In: Estudos Avançados, n. 93, 2018. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7002708/mod\\_resource/content/1/Circe%20Bittencourt\\_Estudos%20Avan%C3%A7ados.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7002708/mod_resource/content/1/Circe%20Bittencourt_Estudos%20Avan%C3%A7ados.pdf). Acesso em: 1 set. 2023.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. São Paulo: 2008. Disponível em: <https://ppghistoria.furg.br/images/Selecao/bittencourt-circe-ensino-de-historia-fundamentos-e-metodospdf.pdf>. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de Convocação 01/2018 – CGPLI**. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2020. Brasília, DF, 2018. Disponível em: [https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro\\_Didatico\\_PNLD/Editais/2020/EDITAL\\_PNLD\\_2020\\_CONSOLIDADO\\_7\\_RETIFICACAO.pdf](https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Editais/2020/EDITAL_PNLD_2020_CONSOLIDADO_7_RETIFICACAO.pdf). Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2020: história – guia de livros didáticos**. Brasília, DF: MEC: SEB, 2019. Disponível em: [https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia\\_pnld\\_2020\\_pnld2020-historia.pdf](https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2020_pnld2020-historia.pdf). Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília, DF: SEF, 1998b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf). Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL, Ministério da Cultura, Lei-Decreto nº 93, de 21 de dezembro de 1937. **Criação do Instituto Nacional do Livro**. [S. l.], 21 dez. 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm). Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL, Ministério da Cultura, Lei-Decreto nº 93, de 21 de dezembro de 1937. **Criação do Instituto Nacional do Livro**. [S. l.], 21 dez. 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm). Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. **Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático**. [S. l.], 5 jan. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. **Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências.** [S. l.], 20 ago. 1985. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d91542.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d91542.htm). Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 8.460 de 26 de dezembro de 1945. **Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.** [S. l.], 28 dez. 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-d-ezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>Acesso em: 04 dez. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Da Educação: Artigo 210.** [S. l.: s. n.], 1988. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=210>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** [S. l.], 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 1.570**, de 15 de dezembro de 2017. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). [S. l.], 21 dez. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78631-pcp015-17-pdf/file>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BOULOS, Alfredo. **História: Sociedade & Cidadania: Ensino Fundamental - 9º Ano.** [S. l.]: Editora FTD, 2018. 324 p. Disponível em: [https://issuu.com/editoraftd/docs/historia-sociedade-e-cidadania-mp-9\\_divulgacao](https://issuu.com/editoraftd/docs/historia-sociedade-e-cidadania-mp-9_divulgacao). Acesso em: 20 set. 2023.

CAIMI, Flávia Eloisa; BARROSO, Vera Lucia (org.) et al. **Ensino de História: Desafios Contemporâneos.** GT Ensino de História e Educação, [s. l.], 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163894/000757416.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 ago. 2023.

FTD EDUCAÇÃO, Editora. **Quem somos?** [S. l.], 2023?. Disponível em: <https://aticascipione.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 29 out. 2023.

GALIAN, Cláudia Valentina; PIETRI, Êmerson; SASSERON, Lúcia Helena. **Modelos de professor e aluno sustentados em documentos oficiais: Dos PCNS à BNCC.** Educação em Revista, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TfShpFyDpxkCHyJ8hwwVBbQ/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2023.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. **BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis.** Educar em Revista, Curitiba, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/4jVvMMkVMzjLGYRrrBnKnft/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2023.

RALEJO, Adriana; ALBERGARIA, Rafaela; PIUBEL, Thays Merolla. **BNCC: produção curricular e práticas docentes no ensino de História.** XII Encontro Perspectivas do Ensino de História, 2021. Disponível em: [https://perspectivas2021.abeh.org.br/resources/anais/10/ep2021/1629315719\\_ARQUIVO\\_bec1fee5ca0c814f1551937bc6437adf.pdf](https://perspectivas2021.abeh.org.br/resources/anais/10/ep2021/1629315719_ARQUIVO_bec1fee5ca0c814f1551937bc6437adf.pdf). Acesso em: 26 ago. 2023.

STRÖHER, Carlos Eduardo; MONTEIRO, Franciele de Souza. **As políticas do PNLD e as escolhas dos livros didáticos pelos professores de história.** História Hoje na sala de aula, [s. l.], p. 218-238, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/463/287>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SILVA, E. T. **Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem.** Em Aberto. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2369/2108>. Acesso em: 01 set. 2023.

SANTOS, C. C. dos; ECAR, A. L. **O Uso dos Livros Didáticos no Ensino Médio Técnico no Contexto Pandêmico** . SciELO Preprints, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.5214. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5214>. Acesso em: 12 set. 2023.

VERCEZE, Rosa Maria; SILVINO, Eliziane França. **O Livro Didático e suas Implicações na Prática do Professor nas Escolas Públicas de Guajará-Mirim.** Práxis Educacional, [s. l.], p. 83-102, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/236650245.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Teláris: História: Ensino Fundamental - 9º Ano:** Editora Ática, 2018. 292 p. Disponível em: [https://storage.googleapis.com/edocente-content-production/PNLD/PNLD\\_2020/TELARIS\\_HISTORIA/9ANO/PNLD20\\_Telaris\\_Historia\\_9ano\\_PR.pdf](https://storage.googleapis.com/edocente-content-production/PNLD/PNLD_2020/TELARIS_HISTORIA/9ANO/PNLD20_Telaris_Historia_9ano_PR.pdf). Acesso em: 31 ago. 2023.